



Diálogos

<http://dx.doi.org/10.4025.dialogos.v20n1>

ISSN 2177-2940
(Online)

A2

ISSN 1415-9945
(Impresso)

Uma ascensão social fortalecida pela construção retórica de sua família: o caso de Quinto Aurélio Símaco Eusébio (séc. IV d.C.)

<http://dx.doi.org/10.4025.dialogos.v20n1.32272>

Janira Feliciano Pohlmann

Doutoranda em História Antiga pelo programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná.
Bolsista Capes. Membro discente do Núcleo de Estudos Mediterrânicos da UFPR, Curitiba/PR, Brasil.

Palavras-chave:

Quinto Aurélio Símaco Eusébio;
nobreza senatorial; retórica.

Keywords:

Quintus Aurelius Symmachus
Eusebius; Senatorial nobility;
Rhetoric.

Palabras Clave:

Quinto Aurelio Símaco Eusebio;
Nobleza senatorial; Retórica.

Resumo

Integrante do senado romano e do círculo de poder imperial, o neoplatônico Quinto Aurélio Símaco Eusébio colocou sua pena e seus conhecimentos de retórica a favor da elaboração de documentos que articulavam teorias políticas e valores morais para legitimar as ações e, até mesmo, a necessidade da figura de um governante secular soberano. Neste artigo, examinamos algumas elaborações levadas a cabo por Símaco especialmente em suas *Epistolae*, *Relationes* e *Orationes* (I e II) em homenagem a Valentiniano I.

Abstract

A social ascension strengthened by the rhetorical construction of a family: the case of Quintus Aurelius Symmachus Eusebius (fourth century A.D.)
Member of the Roman senate and the imperial power circle, the Neoplatonic Quintus Aurelius Symmachus Eusebius used his pen and his rhetoric's knowledge for the preparation of documents which linked political theories and moral values to legitimize the actions and the need of a sovereign ruler. In this article we analyze some elaborations made by Symmachus especially in his *Epistulae*, *Relationes* and *Orationes* (I and II) in honor of Valentinian I.

Resumen

Una ascensión social fortalecida por la construcción retórica de su familia: el caso de Quinto Aurelio Símaco Eusebio (siglo IV d.C.)
Integrante del senado romano y del círculo de poder imperial, el neoplatónico Quinto Aurelio Símaco Eusebio puso su pluma y sus conocimientos de retórica a favor de la elaboración de documentos que articulaban teorías políticas y valores morales para legitimar las acciones y, aun, la necesidad de la figura de un gobernante secular soberano. En este artículo, analizamos algunas elaboraciones llevadas a cabo por Símaco especialmente en sus *Epistolae*, *Relationes* y *Orationes* (I y II) en homenaje a Valentiniano I.

Introdução

Nossa pesquisa histórica lança mão do conceito de Antiguidade Tardia por estar integrada a uma historiografia que busca apreciações alternativas ao revisitar antigos documentos com o intuito de destacar continuidades, transformações e reelaborações de um mundo romano que se adaptou aos novos contextos, sem decair ou desaparecer. A abordagem deste período de transição entre Antiguidade Clássica e a Idade Média, sob o ponto de vista da Antiguidade Tardia, permite ao historiador a análise de um momento imerso em uma identidade própria, herdeiro da tradição de greco-latina, porém repleta de peculiaridades, "uma verdadeira ponte entre as épocas clássica e medieval" (FRIGHETTO, 2000, p. 21).

Antes de iniciarmos nossa apreciação sobre a uma determinada temática da Antiguidade Tardia, faz-se necessário recordarmos que periodizações, categorizações e conceitos são frutos de um lugar social específico, o qual estabelece um discurso que organiza os eventos passados para que eles possam ser compreensíveis na atualidade. Nesta conjuntura, optamos por investigar a alguns aspectos da sociedade romana sob o olhar da Antiguidade Tardia com o intuito de perceber noções de tradições transformadas e visualizar uma antiguidade especialmente única.

Imbuída da ideia de apreciar o período tardo-antigo do Império dos romanos imerso em suas próprias particularidades, optamos por começar as análises deste artigo pela elaboração do conceito de "nobreza" nas relações sócio-políticas da IV centúria de nossa era. Os especialistas da Antiguidade Tardia utilizam a noção de nobreza senatorial com diferente sentido de ordem senatorial (BADEL, 2005, p. 8). Temos claro que isto não ocorre para o deleite do pesquisador. A seleção do emprego de tais termos com distintas significações é observada nos documentos da época. Ao definirmos apropriadamente estes conceitos compreendemos o papel do neoplatônico Quinto Aurélio Símaco Eusébio (340 – 402) no círculo ao qual se

integrava, como um membro da ordem senatorial, mas também, da nobreza senatorial.

A ordem senatorial abarcava três categorias político-administrativas que obedeciam a uma categorização interna, conforme a seguinte subdivisão: *illustris* (grupo de maior importância), *spectabilis* (categoria mediana) e *clarissimus* (grupo de menor importância). Destacados homens, advindos das tradicionais famílias aristocráticas romanas, dedicavam sua vida na edificação de uma carreira (*cursus honorum*) dentro do ambiente senatorial, a fim de galgar funções e alcançar o título de "homem ilustre". Entretanto, poucas famílias eram, de fato, herdeiras da antiga nobreza romana, vinculada ao elemento gentílico, por isso, era tão importante a elaboração de um discurso convincente sobre a essencialidade dos serviços prestados por um indivíduo e sua família.

Mesmo antes da sociedade latina se estabelecer em cidades (*urbes*), ela já possuía configuração gentílica, ou seja, organizada em *gentes* (VERBETES..., 2006), termo no plural da palavra *gens* (VERBETES..., 2006), entendida como famílias unidas por laços comuns referentes a sangue, culto, casa, defesa e interesses.

Para nossa pesquisa, interessa-nos a conformação destes grupos (*gentes*) em torno de seus cultos, relacionado às divindades. Este antepassado mítico, entre outros elementos, garantia os vínculos familiares de cada *gens*, bem como os benefícios provenientes da força coercitiva empregado por ele a outros. Devido a sua composição e antiguidade, estes grupos eram os portadores das tradições, dos costumes dos antepassados (*mos maiorum*). Por isso, formaram a aristocracia romana (*optima*) quando do momento da fundação das cidades e, conseqüentemente, constituíram a ordem senatorial romana. Em seu contexto original nos tempos da *Res publica*, o senado era uma assembléia de notáveis membros desta aristocracia, ou seja, uma instituição exclusivamente administrada por diferentes grupos familiares.

Em conformidade com as afirmações de Castañeda Bravo (2005, p. 383), estes indivíduos eram chamados de *patres* ou *patres-senatores*. Eles

controlavam a vida política romana e, especialmente, o acesso às magistraturas. Deste modo, este patriciado se converteu em um grupo privilegiado que resguardava seus princípios e benefícios por meio de uma nobreza hereditária.

Dentro de uma hierarquia social do período clássico, a ordem senatorial representava o auge da sociedade. Seus membros, aristocratas (*optimates*), formavam uma elite com privilégio políticos e eram detentores de grandes propriedades rurais. Todavia, como observado anteriormente, este destacado grupo social mantinha uma hierarquia interna, a qual gerava entre seus membros ambições de ascensão.

Os homens ilustres (*virii illustri*) compunham a camada mais elevada da ordem senatorial, devido a sua grande riqueza patrimonial fundiária. Além desta especificidade econômica, o passado familiar e o cargo administrativo também contavam pontos a favor dos integrantes do senado (FRIGHERIO, 2000, p. 68). A avaliação destes elementos alocava os membros desta ordem de acordo com a hierarquia já apontada (*illustri*, *spectabilis* e *clarissimus*).

Abaixo da ordem senatorial, a ordem equestre se destacava por sua riqueza e serviços a administração e ao exército prestados em favor do governante. Eram os *uirii militares* do Império dos romanos e, conforme Castañeda Bravo (2007, p. 201), constituíam a segunda elite da sociedade imperial romana, abaixo dos senadores, mas acima dos *decuriones* e dos *hinorati* municipais.

Todavia, evitemos pensar em uma sociedade estática. Afinal, por menor que fosse a mobilidade social registrada na época, ela certamente existia, como observamos ao longo de todo o processo histórico.

Frente às constantes transformações características da Antiguidade Tardia, a ordem senatorial também necessitou reelaborar alguns de seus princípios e receber em seu meio

personagens que surgiam naquela nova sociedade que se configurava. O senado, antes refúgio exclusivo da aristocracia, acolheu como membros diversos “homens novos” (*homines novi*) que passaram a integrar o quadro político-administrativo romano. Por outro lado, os documentos desta época nos permitem observar a manutenção da disposição interna clássica em *illustri*, *spectabilis* e *clarissimus* no universo senatorial. Implicação que nos remete a uma das dificuldades do estudo da História ressaltada por Marc Bloch: “[...] para grande desespero dos historiadores, os homens não têm o hábito, a cada vez que mudam de costumes, de mudar de vocabulário” (BLOCH, 2001, p. 59). Sendo assim, a história dos homens se caracteriza como um *continuum* no qual os indivíduos reelaboram as estruturas fundamentais da sociedade para permanecerem integrados a esta associação, sem disseminar rupturas dramáticas e mudanças repentinas.

Além do senado, estes homens novos ocuparam cargos criados durante o processo de reformulação das esferas política, administrativa, econômica e militar iniciada por Diocleciano (284 – 305) e perpetrada por seus sucessores. A partir deste cenário, temos a translação de um governo gentilício para um governo dos cidadãos¹.

Este contexto de reorganizações iniciadas no final do século III d.C., sob o imperador Diocleciano, propiciou o nascimento e fortalecimento de um novo grupo que ajudava a preservar a hegemonia dos romanos sobre outros povos. Homens novos que clamavam por um lugar no topo da hierarquia social, mas que, por não serem aristocratas sustentados por um distinto passado mítico-familiar e, muitas vezes, nem ricos em propriedades, necessitaram edificar princípios para uma nobreza, esta, legitimada por seus serviços. Um grupo que não gozava de antepassados míticos, nem era portador de tradições da época da fundação da cidade de

¹ Tomamos emprestadas noções do texto de Hidalgo de la Vega para lançar esta questão. Em seu trabalho, a autora analisa a transformação do “principado gentilício” em um “principado *civilis*” por ocasião da adoção (*adoptio*) de Trajano por Nero. Neste ínterim, o *princeps* deixou de ser eleito e nomeado por membros senatoriais e passou a ser escolhido pelo próprio *princeps* em exercício (VEGA, 1995, p. 73).

Roma desde o berço. Por isso, precisou criar sua própria herança baseada no que tinha de mais forte e conhecido, suas tradições familiares baseadas nas virtudes e nos seus préstimos ao *imperium*.

Reparemos aqui que nos aproximamos do conceito de linhagem que, tão inerente ao período medieval, começou a formatar suas bases na Antiguidade Tardia. Compreendemos que toda linhagem demandava uma convincente elaboração acerca da família e das tradições que ela resguardava. Segundo Frighetto (2012, p. 430),

Tais grupos aristocráticos/nobiliárquicos, amparados numa tradição ancestral e, de forma destacada, nos vínculos familiares e de fidelidade política mútua, formavam aquilo que definimos como linhagem.

Para responder às demandas de construção de um discurso fundamentado nos costumes familiares, escritores deste contexto assinalaram diferentes patrimônios culturais vinculados a sua família. No caso de Quinto Aurélio Símaco, dois foram os valores realçados: a digna formação passada de pai para filho e os serviços prestados em prol da ideia de supremacia do poder dos romanos. Portanto, é lúcido compreendermos a formação e a trajetória social e política de Símaco para entendermos as mensagens e as condições de existência dos documentos redigidos por ele.

Os cargos desempenhados por Quinto Aurélio Símaco Eusébio

O orador, senador e escritor Quinto Aurélio Símaco Eusébio viveu entre 340 e 402 de nossa era. Ao considerarmos este homem público como um dos exemplos de mobilidade social ocorrido na IV centúria, acreditamos na necessidade de elucidar o papel deste personagem como homem público e ascendente naquele contexto político-administrativo e social. Para tanto, nosso primeiro passo para este fim é a verificação dos cargos exercidos por ele no universo de poder imperial romano.

Membro do senado, orador eloquente e escritor, Quinto Aurélio Símaco iniciou sua carreira administrativa como governador de Lucania e Brucio (*correctorem Lucaniae et Brittiorum*), em 364 – 365. Entretanto, até aquele momento já havia desempenhado atividades senatoriais como questor, pretor e pontífice maior (JONES et al., 1971, p. 865-866). Pelo acaso que destruiu e salvou vestígios do passado, o *Corpus Inscriptionum Latinorum* nos preservou uma inscrição que Fabio Memio Símaco dedicou a seu pai e que lança luzes a respeito do *cursus honorum* deste personagem: “a seu ótimo pai Quinto Aurélio Símaco, questor, pretor, pontífice maior, governador de Lucania e Brucio, conde de terceira classe, procônsul de África, prefeito da Urbe, cônsul ordinário e orador eloquentíssimo” (SEECK, 1699, pp. 46-47).

A fim de compreender a ascensão de Símaco, bem como uma das carreiras de honra (*cursus honorum*) do século IV, iniciamos nossos estudos pelas primeiras atividades senatoriais desenvolvidas por este indivíduo. Antes de 365, Símaco fora questor e pretor.

Dentre as obrigações do questor, destacamos sua assistência aos governadores de províncias com relação aos assuntos financeiros (BRAVO, 2007, p. 124). Este magistrado também organizava e, por vezes, financiava os espetáculos que acompanhavam a posse de determinadas magistraturas de origem republicana: a própria questoria, a pretoria e o consulado. No século IV, a questoria era considerada por muitos como uma prerrogativa onerosa e pouco atrativa, mas um dos degraus a ser superado por aqueles que desejavam progredir em sua carreira pública. Somente após desempenhar este encargo, o jovem tornar-se-ia pretor (RIZO; SÁNCHEZ, 2005, p. 287-288).

Do pretor se demandava a administração da justiça em determinadas províncias, combinada com mandos legionários, governos de províncias, gerenciamento das finanças públicas e tarefas civis como o cuidado das calçadas das cidades. Hierarquicamente, este senador estava subordinado ao cônsul e, após o indivíduo ter se dedicado três ou até cinco vezes a esta função, ele

alcançava o consulado (NAVARRO, 2004, p. 387-388).

Desconhecemos o número de vezes em que esta responsabilidade foi assumida por Quinto Aurélio Símaco. Certo é que, por volta de 365, ele se dedicara ao ofício de pontífice maior (JONES et al., 1971, p. 866). Entre os afazeres do pontífice, destacamos a garantia da paz entre homens e deuses (*pax deorum*) (MENDES, 2006, p. 26-27), ou seja, estes senadores organizavam os ritos religiosos promotores da mediação entre os homens e os deuses. Até este momento, a tradição grega de uma cultura religiosa voltada à cidade estava presente no universo romano. No intento de promover vínculos entre os participantes destas religiões citadinas, as cidades e os deuses protetores deste ambiente, os pontífices organizavam cerimônias que materializavam tais relações. Necessidade proeminente em uma sociedade extremamente ritualística na qual os olhos eram as testemunhas mais fiéis.

Entre os anos de 364 e 365, Símaco fora governador de Lucania e Brucio e, concomitantemente, acompanhou Valentiniano I (364 – 375) nos territórios da Gália durante as campanhas contra os alamanos entre 365 e 368. Em concordância com a *Notitia Dignitatum partibus occidentis*, na parte ocidental do Império dos romanos existiam três *correctores*: um na diocese da Panônia, na província de Savensis; dois na diocese de Itália, em Apulia e Calabria; e outro em Lucania e Brucio.

As dioceses eram administradas por vigários (*vicarii*, também denominados nos documentos de *agentes vices praefectorum praetorio*) e funcionários diretamente sob seu controle. A partir da era constantiniana, algumas dioceses passaram a ter seus vigários substituídos por condes (*comites*), sobretudo quando perduravam problemas militares. Os vigários ou os condes, conforme o caso, formavam uma instância intermediária entre os governadores provinciais e

os prefeitos do pretório (BRAVO, 2005, p. 511-512; *Notitia Dignitatum partibus occidentis*)².

Quanto à região governada por Símaco, sob seu comando estava Lucania (atual Basilicata) e Brucio (hoje, Calábria), regiões da Campânia, localizadas ao sul da Península Itálica. Ao norte de Brucio, local onde Símaco possuía uma propriedade, estava a Lucania; províncias, estas, separadas entre si pelo rio Laus. Segundo Castañeda Bravo (2007, p. 124), dentro de suas respectivas províncias, o governador era o representante do imperador “y a máxima autoridad romana en ellas”. Portanto, respondia por assuntos judiciais, financeiros e políticos de forma geral.

Ao término de suas funções como governador de Lucania e Brucio, Símaco recebeu o título de conde de terceira classe (*comes ordinis tertii*) e permaneceu ao lado de Valentiniano I, na Gália, até 370 (JONES et al., 1971, p. 866). Lembremos que desde Diocleciano, os condes haviam assumido o comando do *comitatus*, um grupo do exército incumbido da escolta do imperador durante suas constantes expedições. Neste ínterim, percebemos que Quinto Aurélio Símaco Eusébio integrava um ambiente convidativo para começar a estreitar seus laços com Valentiniano I, ressaltamos, um imperador cristão. Relação esta que se concretizou quando o orador emprestou suas habilidades de escrita e sua eloquência para pintar com cores vivas e assinalar na memória de leitores e ouvintes as vitórias imperiais sobre os alamanos.

Neste ínterim, faz-se necessário alguns esclarecimentos a respeito das obras de Símaco com as quais trabalhamos neste artigo. As *Epistolas* (EUSÉBIO, 2015) deste senador estão organizadas em dez livros e agrupadas por destinatários. O primeiro livro, datado de 375, foi encaminhado a Flávio Teodósio – ou Teodósio, o

2 Há outros cargos apresentados na *Notitia Dignitatum partibus occidentis* entre cada uma das responsabilidades citadas – governador de província, vigário e prefeito de pretório – mas estas correspondem a questões hierárquicas, dispar do funcionamento direto das administrações provinciais.

Maior³ –, pai do imperador Teodósio (379 - 395). Já a *Epístola* 2, do ano de 376, fora enviada a Graciano (367 – 383), então imperador na parte ocidental do Império. Tais documentos possuíam caráter mais privado do que os outros escritos deixados por Símaco, uma vez que tais textos dispensavam a necessidade de leituras para grandes públicos. Todavia, excluímos a ideia de uma “correspondência particular” aos moldes das que mantemos na contemporaneidade. Isso porque as epístolas do século IV cultivavam padrões próprios do gênero epistolar e uma linguagem impregnada pela retórica. Acrescentemos ainda o fato de que os assuntos públicos estavam sempre em pauta nesta documentação, mesmo entre os mais íntimos amigos e familiares.

Já os *Informes* (*Relationes*) eram cartas oficiais emitidas pelos magistrados. Os quarenta e nove *Informes* de Símaco, colocam-nos a par das atividades desenvolvidas por ele na condição de prefeito de Roma, entre 384 e 385. Entre estes ofícios, o *Informe* 3 é o mais conhecido pelos estudiosos, especialmente devido ao embate retórico que sua emissão proporcionara na época do autor. Redigido no ano de 384, ao imperador Valentiniano II⁴ (388 – 392), Símaco reclamava a reposição do altar da deusa Vitória na cúria senatorial⁵. Tal reivindicação ocasionou respostas adversas de importantes pensadores cristãos. Entre estas réplicas destacamos a *Contra Orationem Symmachi*, de Aurélio Prudêncio Clemente e as *Epístolas* 17 e 18, encaminhadas por Ambrósio, bispo de Milão, a Valentiniano II.

Por fim, os oito *Discursos* (*Orationes* – EUSÉBIO, 2015b) de Símaco que sobreviveram até nossos dias com poucos desfalques foram redigidos entre 369 e aproximadamente 378. Por serem os documentos mais longos lavrados pelo senador, eles nos permitem apreciar com mais atenção a desenvoltura do autor com as letras, seu apreço pela tradição e história romana, bem como suas elaborações voltadas à política de seu tempo. Estas obras nos permitem compreender algumas das tantas teorias fundamentadoras do universo político tardo-antigo.

Um traço comum, que perpassa a documentação redigida por Símaco, é seu apelo à tradição das virtudes. Estes princípios foram utilizados pelo autor como elemento identitário dos romanos frente aos bárbaros e, também, como valor de diferenciação entre aqueles que comandavam retamente – e os apoiadores deste indivíduo –, em contraposição aos maus governantes, entendidos como usurpadores.

Após elaborar e proclamar seus dois *Discursos* em louvor a Valentiniano I e suas conquistas na região do Reno, Símaco foi nomeado procônsul de África, no ano de 373. Somente as províncias da Ásia e da África, de caráter senatorial, eram governadas por procônsules, eleitos entre os senadores do grupo consular (NAVARRO, 2004, p. 380)⁶. Dentre os ofícios do procônsul, destacamos sua atenção às causas públicas e à disciplina (*disciplinae*). Como exigência, proveniente destes cuidados públicos, cabia a este funcionário levar ao conhecimento dos envolvidos nas questões o parecer dos juízes.

3 Flávio Teodósio fora conde de guerra (*comes rei militares*) de 368 a 369 e sucedeu Joviano como chefe de cavalaria (*magister equitum*) de 369 a 375. Ajudou Valentiniano I nas campanhas contra os alamanos. Em 373, foi mandado a África para lutar contra os revoltosos que se uniram a Firmo (JONES et al., 1971, p. 902-903). O escrito de Quinto Aurélio Símaco Eusébio elogiava as atuações do destinatário frente aos exércitos romanos contra os persistentes inimigos.

4 Apesar deste *Informe* ter sido encaminhado a Valentiniano II, no decorrer do texto Símaco clamava pelos três imperadores (Valentiniano II, Teodósio e Arcádio): “[...] senhores imperadores nossos” (EUSÉBIO, 2003b, p. 1).

5 O altar em homenagem a deusa Vitória fora instalado na Cúria Senatorial por ordem de Augusto no ano de 29 a.C.

6 As províncias senatoriais eram governadas por senadores *virii clarissimi* eleitos por membros pertencentes ao grupo dos cônsules. As outras províncias foram governadas por *praesides*, geralmente da ordem equestre, escolhidos pelos imperadores. (Para mais informações a respeito das diferenças e semelhanças entre províncias senatoriais e as consideradas imperiais, verificar: BRAVO, 2005, p. 485-486; p. 507-511; BRAVO, 2007, p. 242-244).

Tendo concluído seu proconsuldo em África, Símaco voltou suas atividades para o cenário senatorial, ambiente que lhe proporcionara performances no universo político romano. Permaneceu praticamente dez anos sem exercer cargos diretamente ligados a administração romana, até ser indicado por Valentiniano II para desempenhar a função de prefeito de Roma, de 384 a 385.

A prefeitura da *urbe* tinha duração de um ano e o prefeito era nomeado e destituído pelo imperador. Uma magistratura proeminente, inferior apenas a prefeitura do pretório, o prefeito da *urbe* era o governante supremo de Roma (e de Constantinopla – desde 359). Suas origens remontavam a época de Augusto, embora tivesse sido passado por reelaboraões até a nomeação de Símaco. O *praefectus urbe* era a autoridade judicial máxima dentro da cidade, encarregado também pela manutenção da ordem e dos serviços urbanos. Valdéz Gallego (2003a, p. 11) informa-nos que, no caso do prefeito de Roma, ele ainda era o dirigente do senado e juiz de primeira instância da cidade e em um raio de aproximadamente 160 km. Fazia parte do rol de cargos *illustres* da administração romana, conforme apresentados pela *Notitia Dignitatum*.

Os *Informes* (*Relationes*) deste senador nos transmitiram inúmeras informações a respeito da prefeitura da *urbe* de Roma, entre elas, a preocupação constante deste magistrado com relação ao abastecimento de grãos, especialmente trigo, para a cidade, afinal, a falta de grãos poderia ocasionar revoltas e prejudicar o ordenamento social. Esta inquietação de Símaco foi registrada nos *Informes* 7, 9, 18 e 37. Isto posto, realçamos uma das relevâncias em se estudar os documentos e a carreira pública deste indivíduo que, mesmo adepto do pensamento neoplatônico⁷, foi

selecionado por um imperador cristão para exercer tamanha responsabilidade.

Paralelamente a prefeitura de Símaco, o cargo de prefeito do pretório de Itália, África e Ilíria estava sendo desempenhado por Vetio Agorio Pretextato, indivíduo relevante dentro do grupo neoplatônico, amigo de Símaco e admirado por ele. Os territórios em que Pretextato atuava como prefeito estavam sob o comando de Valentiniano II. As regiões pertinentes a prefeitura das Gálias eram conduzidas por Magno Máximo (383 – 388), o qual servia como *comes* quando aclamado imperador por suas tropas no verão de 383. Até o final do ano que se seguiu, Magno Máximo teve sua liderança igualada a dos outros dois imperadores romanos daquele cenário: Valentiniano II e Teodósio (na parte oriental). Entretanto, sua pretensão exclusivista sobre as terras ocidentais o fez entrar em conflito com os outros dois soberanos.

Até aquele momento, no ambiente político-administrativo liderado por Valentiniano II, prevalecia uma política de "convivência" entre indivíduos que congregavam de distintas religiões - nem sempre esta coexistência era pacífica, evidentemente, todavia, evitemos pensar em "grandes perseguições" a qualquer seita. Entretanto, medidas que desaprovavam os cultos públicos pagãos, antes impostas pelo imperador cristão Graciano, foram retomadas por Valentiniano II. O estopim deste episódio pode ter sido a emissão do *Informe* 3 de Quinto Aurélio Símaco a Valentiniano II. Fonte de inúmeros trabalhos historiográficos e debates retóricos já em sua época⁸, este documento solicitava ao imperador a reposição do altar da deusa Vitória no prédio senatorial.

7 Em vários trechos de suas obras, Símaco ressalta diretamente sua crença na filosofia neoplatônica. Verificar, por exemplo: *Epistola* 46, livro I: "Entre os sacerdotes oficiais se acordou confiar ao povo o cuidado com o culto divino destinado a proteção da cidadania"; *Epistola* 26, livro II: "Mais tarde, com a ajuda da divindade, s cumprem meus desejos..."; *Epistola* 30, livro VI: "Caberá a divindade suprema decidir a respeito de vós e confirmar o que estes assuntos se sucedem."; *Relatio* 3, 10: "... pois que, nos assuntos duvidosos, existe um só caminho saudável: que decida a divindade o quem está próximo a ela [o oráculo]".

8 O pedido de Símaco moveu a escrita de textos por parte de autores cristãos que, como era de se esperar, desaprovavam a solicitação do orador neoplatônico. Dentre estes documentos, destacamos as obras de Aurélio Prudêncio Clemente: *Contra Símaco* I e II.

Além destas controvérsias religiosas, muitos dos privilégios dos *clarissimi* tinham sido extinguidos, como a possibilidade de nomeação destes indivíduos às mais altas magistraturas (PAÑO, 1990, p. 258).

Situações como estas afastaram diversos nobres e aristocratas romanos da política levada a cabo por Valentiniano II. Rapidamente, estes indivíduos excluídos das benfeitorias valentinianas, estreitaram seus laços com Magno Máximo e prestaram-lhe apoio, mesmo quando este passou a ser considerado usurpador por Valentiniano e Teodósio, devido a seus planos de invasão da Itália.

Após alguns enfrentamentos, finalmente no ano de 388, Teodósio derrotou Máximo em uma batalha ocorrida em Aquileia, episódio no qual o usurpador foi morto. Fora do jogo político, e perseguido pelos então vencedores daquela campanha, Símaco buscou refúgio em uma igreja para preservar sua vida (JONES et al., 1971, p. 866).

Após ter sido perdoado por Teodósio, o senador alcançou o consulado no ano de 391. Dentre as atribuições consulares no século IV, conforme já mencionado, estava a eleição dos governadores das províncias senatoriais. O *Código Teodosiano* corroborava que os cônsules, prefeitos e mestre militares (*magistris militum*) consistiam a autoridade capaz de produzir os decretos: *De consulibus, praefectis, magistris militum et patriciis*). O consulado foi o último cargo exercido por Símaco, apesar de ter permanecido atuante no cenário político-administrativo romano até o fim de sua vida.

A nomeação de Quinto Aurélio Símaco para funções por vezes senatoriais e, outras vezes, para responsabilidades pertinentes à administração, permitiu-nos notar que apesar dos indivíduos exercerem tarefas específicas, esta divisão entre universo senatorial e administrativo era mais didática do que prática. Afinal, percebemos uma máquina burocrática que congregava todos seus funcionários político-administrativos, dentro de uma hierarquia de serviços.

Sob esta perspectiva, verificamos que durante a antiguidade o exercício do poder, em seus mais distintos níveis, reconfigurou-se ao convidar senadores, equestres e homens novos para integrar sua estrutura e atender às diversas demandas de um Império com territórios espalhados pelo orbe e ameaçados interna e externamente.

De equestre a claríssimo: um caso de ascensão social fortalecida pelos textos de Símaco

As últimas *Epistolae* de Símaco das quais temos notícias são datadas de 402, por isso, este é considerado o ano de sua morte. Neste ano, ele participou de uma legação do senado enviada a *Mediolanum* (hoje Milão) para as comemorações do consulado de Estilício. As *Epistolae* 13 e 14 do livro VII nos comunicavam sobre a chegada de Símaco a Milão. Seu retorno a Roma estava documentado nas missivas 94 e 95 do livro V. Outros indícios de sua volta a casa, em Roma, foram relatados na *Epistola* 13 (livro IV – EUSÉBIO, 2000) e *Epistola* 96 (livro V – EUSÉBIO, 2000). Estes últimos documentos ainda nos forneceram notícias a respeito do debilitado estado de saúde em que se encontrava o orador. Após esta embaixada a Milão, não encontramos mais menções sobre os serviços de Símaco, por isso, a historiografia considera 402 como o ano de sua morte.

Os Símacos ascenderam da ordem dos equestres a dos claríssimos, na época do imperador Constantino, devido às reformas agenciadas pelo governante em distintos setores da sociedade, tais como na área política, administrativa, econômica, religiosa e militar.

É certo que, desde a época de Marco Aurélio (161 – 180) alguns équites passaram a integrar o senado beneficiados por uma promoção imperial (*adlectio*), devido ao apoio prestado por estes indivíduos às ações do governante (BRAVO, 2005, p. 450). Com Septímio Severo (193 – 211), os equestres ganharam ainda mais notoriedade na sociedade romana, uma vez que o próprio imperador pertencera a esta ordem e fora

aclamado por seus legionários, logo após a morte de Cômodo (180 – 192), em uma batalha perto da Ponte de Milvio (VICTOR, 1999, p. 19-20). As ações de Galieno (253 – 268) colaboraram, ainda mais, para a projeção da ordem equestre, devido às mudanças levadas a cabo por este imperador no âmbito das atividades e da burocracia militares. A profissionalização dos mandos militares incrementada pelas reformas de Galieno excluía os senadores da carreira militar e proibia-os de servir ao exército (VICTOR, 1999, p. 33-35). Deste modo, os comandantes das armadas romanas passaram a ser indivíduos escolhidos dentro da ordem equestre, selecionados por seus méritos militares.

Outro importante contribuinte para a ascensão do grupo equestre foi Diocleciano, aclamado por suas tropas após a morte do então imperador Caro (282 – 283) e seu filho Numeriano (283 – 284) (VICTOR, 1999, p. 38-39). Advindo também do mundo dos *viri militares*, seguiu a política de fortalecimento deste grupo, uma respeitável base de apóio em um contexto de rivalidades políticas, frequentes usurpações de poder e ameaças externas, originárias de grupos bárbaros.

Especialmente a partir do século III, as migrações de raízes bárbaras tornaram-se mais constantes. Como consequência destes movimentos, houve aumento nos efetivos do exército e uma nova política de arrecadação para fazer frente a estes gastos defensivos, o que culminou com transformações políticas, administrativas, econômicas, sociais e militares.

Diante deste cenário, foram necessárias diversas adequações, ou reformas – como normalmente a historiografia aponta – para ajustar a sociedade à nova realidade política do Império. Dentre as ações executadas por Diocleciano durante este processo, destacamos a atenção dada ao sistema de defesa, o qual garantia a preservação dos limites romanos. Novas legiões foram criadas e, a partir de então, o exército contava com grupos fixos em regiões fronteiriças, denominados *ripenses*, e um corpo móvel, que frequentemente acompanhava o imperador, o *comitatus*. Neste

ínterim, tanto o número de integrantes do exército sofreu incremento como, naturalmente, a quantidade de cargos de liderança aumentou demasiadamente. Como mencionado, estes comandantes eram escolhidos no interior do próprio grupo, criando uma elite militar proveniente dos équites e dotada de uma tradição diferenciada do grupo senatorial.

As adequações implementadas por Diocleciano e por seus sucessores exigiram e desenvolveram uma nova disposição para a sociedade romana. As mudanças no exército e o surgimento de uma elite militar proveniente do grupo dos équites fomentaram a profissionalização deste grupo. Este processo de profissionalização, por sua vez, estendeu-se a outros âmbitos da sociedade, pois era necessária uma administração eficiente para providenciar e gerenciar os recursos financiadores da nova formação militar. Para tanto, observamos a profissionalização dos indivíduos da burocracia administrativa, a qual exigia que os funcionários, antes senadores que mudavam de cargo constantemente, agora se especializassem em suas funções.

O senado continuava a ter seu papel político junto ao poder imperial, porém o número de funcionários da máquina burocrática aumentou e as tarefas destinadas a cada um deles tornaram-se mais específicas. Ainda em tempo, notamos que inúmeras vezes membros do senado assumiram funções referentes a esta burocracia administrativa, como o caso de Quinto Aurélio Símaco que, como senador, assumiu a prefeitura de Roma de 384 a 385. Outras vezes, estes encargos eram ocupados por homens novos que ingressavam na vida político-administrativa devido a sua formação e reconhecimento aos ofícios dispensados ao *imperium*, como o caso de Aurélio Victor, quem ocupou destacados postos burocráticos mesmo sendo filho de camponês da província de África, conforme afirmação do próprio autor em seu *Livro dos Césares* (VICTOR, 1999, p. 20-25). Portanto, alguns membros da ordem senatorial também fizeram parte da nova burocracia imperial, mas nem todos os membros

desta burocracia eram senadores ou faziam parte desta elite.

Todo este empenho em busca da especialização dos indivíduos também alcançou o universo religioso. Ao considerarmos os discursos sobre a suposta conversão de Constantino (306 – 337) ao cristianismo, verificamos que este ato tivera reflexos para além das esferas privadas, uma vez que gerou diversas modificações no âmbito político e social. Entre elas, membros da aristocracia tradicional e importantes homens nobres passaram a integrar a hierarquia eclesiástica, que começara a se configurar a partir do primeiro Concílio de Niceia, em 325. Situação que proporcionou um ambiente favorável para homens novos, como Aurélio Ambrósio – nomeado bispo de Milão em 374 –, destacarem-se naquela sociedade, lado a lado com poder imperial.

Neste contexto de reelaborações sociais, a promoção dos Símacos da ordem dos equestres a dos claríssimos fomentou nesta família a construção de uma tradição genealógica que concretizasse sua nobreza e, concomitantemente, sua superioridade perante os demais grupos da sociedade romana. Vestígios desta empreitada em prol da elaboração de uma linhagem podem ser observados nas cartas escritas por Quinto Aurélio Símaco Eusébio e destinadas a membros de sua família: seu pai, Aviano Símaco; seu filho, Memio Símaco; aos Nicômacos (filha de Símaco e seu genro Nicômaco Flaviano filho).

De acordo com Christophe Badel (2005, p. 9), os documentos latinos apresentavam vários termos similares para tratar desta nobreza (*nobilitas*), tais como célebre (*clarus*), considerável (*amplus*), ilustre (*illustris*), entre outros. No caso de Quinto Aurélio Símaco, o autor lançou mão continuamente – mas não exclusivamente – do vocábulo *ilustre* em suas epístolas.

Observamos que, durante a Antiguidade Tardia, cada família nobre detinha um patrimônio cultural vinculado a determinadas virtudes greco-romanas. De acordo com nossa hipótese, através de uma pedagogia das virtudes, levada a cabo com exemplos e imagens retoricamente construídos, os

mesmos princípios eram encarnados de geração em geração, embora fossem reelaborados para se adaptarem ao próprio cenário. Deste modo, edificava-se um dos elementos balizadores da nobreza tardo-antiga: um passado familiar amparado nas virtudes.

Os encargos de pedagogo das virtudes e conselheiro de seus filhos foram verificados em muitas epístolas de Símaco. Em uma missiva encaminhada aos Nicômacos (VI, 35, 1), o senador sugeria que seu genro não recusasse ao chamado de comparecer a cerimônia de posse de Malio Teodoro como cônsul, em 399. Este convite simbolizava a reabilitação de Nicômaco Flaviano filho perante o poderio romano após o apoio prestado ao usurpador Eugênio no ano de 394. Portanto, a ausência do convidado ao evento poderia representar a não aceitação deste magistrado por parte de Flaviano e, consequentemente, uma mancha na imagem dos Símacos. O encargo de conselheiro era evidente, assim como a preocupação do autor com a condição da família perante as questões públicas.

Neste tempo de transformações, uma das características do período tardo-antigo foi a chegada à nobreza de *homines novi* devido a talentos diversificados, entre eles, por exemplo, a oratória e a eloquência. Perante este cenário, a ascensão social não estava mais sustentada, apenas, nas características aristocráticas clássicas. O nobre e suas habilidades foram convidados a integrar o quadro político-administrativo do Império dos romanos.

A necessidade constante do historiador de compreender cada vez mais determinados conceitos, remeteu-nos a conexão feita por Isidoro de Sevilha entre *genus* (linhagem) e *gentes*. As *gentes* (plural da palavra latina *gens*) portavam "afinidades parentais delimitadas por certos ascendentes, antepassados comuns que destacariam os grupos e indivíduos mais bem preparados do restante do *populus*" (FRIGHETTO, 2012, p. 430). Cada grupo pertencia à determinada linhagem (*genus*) e todos eles constituíam a aristocracia romana (*optima*).

Por isso, esclarecermos que nobreza e aristocracia não eram sinônimos no contexto de Quinto Aurélio Símaco. A aristocracia previa uma herança de berço, fosse esta legada em forma de riqueza fundiária, antepassado mítico ou cargo político. Já a nobreza podia ser adquirida mediante alguns princípios, logo, era uma questão que deveria ser construída e legitimada. Em detrimento da linhagem mítica clássica, depois de levar a cabo a edificação de uma linhagem virtuosa voltada ao *imperium* que lhe garantisse a inclusão na nobreza romana, o indivíduo poderia então legá-la a seus descendentes. Estes, enfim, seriam os almejados *optimates*.

A tradição ancestral, bem fundamentada, assim como os vínculos familiares e políticos atravessavam gerações. Logo, os descendentes do nobre passavam a receber, ainda no berço, este legado. Assim, nobreza e aristocracia finalmente fundiam-se. Porém, não como um processo histórico homogêneo. Nem todo nobre era aristocrata, todavia, sim, a nobreza era o primeiro passo para se alçar a aristocracia. Em outras palavras, adquirir uma boa formação, ser dotado de virtudes, dedicar esforços aos assuntos públicos e, é claro, ressaltar estas habilidades perante os círculos de poderes, podiam transformar um homem novo em um nobre e este, em um aristocrata.

Neste ínterim, conferimos nos documentos de Quinto Aurélio Símaco determinados traços – elaborados e tonificados pela retórica deste orador – que levaram esta família a integrar "um" nobre grupo de cidadãos romanos. Destaco o emprego do artigo "um" porque considero a dimensão coletiva do termo *nobilitas*. Um grande grupo composto por cidadãos romanos bastante diferenciados em sua formação e especificidades familiares ou partidárias. Perfil típico de um Império heterogêneo, como o dos romanos.

Verificamos que, apesar de rica em propriedades imobiliárias, os Símacos somente adquiriram renome na época do imperador Constantino, quando foram elevados da ordem dos equestres a dos claríssimos. Isso significa dizer que passaram a integrar a ordem senatorial romana. Apenas se conservam referências sobre eles a partir de Aurélio Valerio Tuliano Símaco e Lucio Aurélio Aviano Símaco. Possivelmente avô e pai de Quinto Aurélio, respectivamente. O primeiro chegou ao consulado em 330. O segundo, entre outros cargos, foi prefeito de Roma em 364-365 (JONES et al., 1971, p. 863-865; p. 871).

Conforme mencionado anteriormente, percebemos que ambas as responsabilidades também seriam desempenhadas futuramente por Quinto Aurélio Símaco Eusébio. Tal fato promove autenticidade a nossa hipótese de que a nobreza e a noção de aristocracia construídas por este orador diferenciavam-se dos princípios clássicos da aristocracia romana. Lembremos que, no mundo clássico, os aristocratas demandavam sua tradição, especialmente, em torno de questões de sangue e heranças de criação provenientes de suas famílias. Por outro lado, Símaco edificava sua nobreza e procedente aristocracia a partir de serviços prestados por seus antecedentes e pelo próprio autor ao poderio dos romanos e, em última instância, devido aos benefícios que seus esforços geraram para a manutenção da ideia da eternidade de Roma⁹.

Constatamos que em muitos documentos do século IV pulula a expressão *homo novus*, ou mesmo esta noção, mesmo quando o vocábulo não é diretamente grafado. Diante da reorganização burocrática da administração do período tardo-antigo, este grupo precisava reelaborar seu lugar naquele contexto, além de edificar e propagar um novo discurso comprobatório de seu papel político-social. Casos

9 A noção da eternidade de Roma (*aeternitas Romae*) era recorrente no século IV, mas não era nova. Longe de restringir-se a manutenção da cidade de Roma, esta ideia carregava consigo o esforço – prático e teórico – de resguardar a hegemonia do Império Romano. Sem me entregar ao *mito das origens* desprezado por Marc Bloch, tal noção de eternidade já era frequente no universo romano quando Elio Aristides (117-181) escreveu um elogioso discurso às empresas dos romanos intitulado *Sobre a eternidade de Roma (De Roma Aeterna)*.

como a ascensão da família dos Símacos da ordem equestre para a dos claríssimos ou o caso de Aurélio Victor, promovido a importantes cargos burocráticos, são apenas dois expoentes da mobilidade social deste cenário.

Mais uma das novidades deste período foi a associação entre virtudes militares e nobreza (BADEL, 2005, p. 176). Tal conexão sobreviveu na Antiguidade Tardia, especialmente após a exclusão dos senadores dos cargos militares levada a cabo pelo imperador Galieno entre 253 e 268. Poucos anos mais tarde, sob o poder de Diocleciano, houve a separação definitiva das funções civis e militares. A partir de então, foi possível desenvolver uma carreira (um *cursus*) dentro do exército. Oportunidade propícia para os equestres se articularem como uma elite muito forte dentro da sociedade romana, logo abaixo dos senadores. De acordo com Castañeda Bravo (2007, p. 201), os equestres destacavam-se por sua fortuna, geralmente derivada de seus negócios, ou devido aos serviços em prol da administração imperial e do exército.

No caso dos Símacos, podemos afirmar que ambos os ingredientes alçaram a família a ordem senatorial. Ao examinarmos as epístolas do orador verificamos que ele possuía ao menos sete residências na Península Itálica, sendo: duas nas proximidades de Roma, no Vaticano (EUSÉBIO, 2015a, p. 58, 21) e em Arabiana (EUSÉBIO, 2015a, p. 57-60); uma na cidade portuária de Ostia (EUSÉBIO, 2015a, p. 52-66); uma em Formia (EUSÉBIO, 2015a, p. 8); uma em Puteoli (EUSÉBIO, 2015a, p. 26, 66); uma em Lucrino (EUSÉBIO, 2015a, p. 1); e uma em Baulos (EUSÉBIO, 2015a, p. 47-48, 17, 93).

Portanto, quando o assunto era a elevação de indivíduos equestres a claríssimos devido à fortuna proveniente de negócios, podemos afirmar que os Símacos se enquadram nesta perspectiva.

Todavia, esta família também se destacou ao empregar suas habilidades no universo político-administrativo imperial. Aviano Símaco alcançou grande prestígio frente à embaixada enviada por Constâncio II a Juliano em 361. Em sua *Res Gestae*,

Amiano Marcelino mencionou a atuação do genitor de Quinto Aurélio Símaco e de Máximo como os "notáveis senadores" (*senatores conspicuos*) que lideravam a missão acolhida com cortesia por Juliano (MARCELINO, 2002, Livro XXI, p. 12, 24). Em outra passagem de sua obra, Amiano enalteceu a escolha de Aviano para a prefeitura de Roma e reforçou a relevância das ações deste homem claríssimo advindo dos equestres (MARCELINO, 2002, Livro XXVII, p. 3).

No caminho trilhado pelo pai, um dos grandes serviços dedicado por Quinto Aurélio Símaco ao poder imperial foi dar voz às vitórias de Valentiniano I sobre os alamanos e erigir teorias políticas autenticadoras desta figura imperial. Para tanto, o autor dedicou dois *Discursos* (*Orationes*) a este governante, um deles no ano de 369 e o outro em 370. Imbuído da missão de enaltecer as "grandes obras" de Valentiniano I, Símaco empregou sua escrita, retórica, oratória e eloquência na elaboração e leitura de seus documentos perante um seletor público composto de senadores e pelos imperadores.

Com relação à oratória e à eloquência, estes elementos componentes da retórica asseguravam a compreensão e a memorização da mensagem recebida pelo público. Atitudes que, por sua vez, garantiam a retransmissão das palavras a outros indivíduos. Em um cenário no qual o domínio da escrita e da leitura era demasiadamente restrito, o orador era o mediador entre o que estava escrito e aquele que ouvia. História e memória se entrelaçavam. O texto era ouvido, guardado na memória individual e integrado à coletiva. Na esteira deste pensamento, os modelos de moralidade e coragem exaltados por Símaco, na figura do imperador, deveriam ser lembrados, tidos como exemplos e, obviamente, seriam copiados. Em contrapartida, o escritor cada vez mais se alçava como homem político daquela sociedade a qual o aceitava e propagava suas ideias e, até mesmo, demandava-as.

Deste modo, oratória e eloquência fortaleciam o desempenho do próprio orador, uma vez que asseveravam as ações deste homem público e as integravam à memória coletiva e

oficial daquela sociedade. Ao preparar textos de caráter propagandístico com teor político e ideológico, que seriam lidos perante o soberano e o senado, Símaco cotejava na sociedade os valores que ele defendia e enfatizava sua função como porta-voz senatorial, um homem público responsável por elaborações políticas e, acima de tudo, a própria voz do imperador. Um indivíduo hábil a "[dizer] o que nenhum monumento testemunha[va]" (SÍMACO, 2015b, p. 12) a respeito das obras de Valentiniano I.

Elucidamos esta habilidade do autor a partir de dois vieses: primeiramente, por ele manejar com competência as letras e os elementos da retórica; em segundo lugar, porque esteve presente, ao lado do governante, durante as campanhas contra os alamanos. Tal atitude colocava Símaco em cena neste importante momento da história romana e munia-o com argumentos e fundamentos para narrar os fatos ocorridos naqueles campos de batalha. Em campo, estivera perto do governante durante as vitórias militares e, ao expressar seus elogios às ações valentinianas, aproximava-se cada vez mais do centro de poder, o qual necessitava a todo instante de reelaborações políticas com o intuito de se resguardar em uma sociedade em transformação como a tardo-antiga.

Pela construção de seus textos e seleção dos elementos ali apresentados, notamos que Símaco estava ciente de que o senado de Roma já não era o mesmo da época republicana. O papel dos senadores da IV centúria diferia das responsabilidades dos magistrados de outrora. Antes, líderes da ordenação romana, no século IV os membros do senado necessitavam encontrar e legitimar seu espaço ao lado do imperador, o grande governante dos romanos. Símaco, como um exímio conhecedor de seu contexto, buscava, portanto, validar as funções senatoriais através das ações de colaboração que este grupo prestava ao poder central o qual, por sua vez, sempre deveria investir em uma ampla base de apoio. Neste ensejo, as palavras deste orador resguardavam ao senado os encargos de glorificar e ampliar a força imperial, assim, a utilidade (*utilitas publica*) do

senado e do próprio líder dos romanos seriam mantidas.

Embora tenha sido designado cônsul no ano de 391, a carreira de Símaco culminou com sua nomeação a prefeitura da Urbe em 384. Fato ocorrido dez anos após ele ter sido procônsul de África, no ano de 373. Apesar de sempre atuar à frente do senado de Roma, ele permaneceu um longo período sem assumir cargos na administração imperial, quando finalmente foi escolhido por Valentiniano II (sediado em Milão) para atuar como prefeito em Roma. Um posto "desejado por muitos", como alegava o autor em seu *Informe 1* encaminhado a este imperador. Neste documento, o senador asseverou que fora nomeado devido aos méritos de seus serviços, méritos estes que deveriam equiparar-se ao que se esperava desta magistratura. Já no *Informe 2*, enviado a Teodósio, o autor propôs concentrar esforços para fazer jus a sua reputação prévia, a qual levou-o a ser escolhido para desempenhar tão distinta responsabilidade pública.

Considerações finais

Símaco e sua oratória obtiveram destaque já em sua época, no século IV. Escritos conforme as regras da retórica ciceroniana, em seus documentos sobejam frases que buscavam produzir efeitos artísticos. De acordo com indicações anteriores, no *Corpus Inscriptionum Latinarum* encontramos uma inscrição dedicada por Fabio Memio Símaco a seu pai que nos informa sobre as habilidades deste "orador eloquentíssimo".

Em vista das análises aqui propostas, notamos que o caminho para a elevação dos Símacos à nobreza foi trilhado *pari passu* pela fortuna que amparava esta família e pelos serviços executados por distintos membros em prol do poder dos romanos. A manutenção dos Símacos em tal posição de superioridade perante a sociedade deveria ser reforçada paulatina e constantemente, e nada melhor para assegurar esta preeminência do que a execução e propagação de bons serviços louvados em tinta e voz pela retórica e eloquência de Quinto Aurélio Símaco.

Referências

BADEL, Christophe. *La noblesse de l'Empire Romain: les masques et la vertu*. Paris: Champ Vallon, Diffusion Presses Universitaires de France, 2005.

BLOCH, Marc Léopold Benjamim. *Apologia da história, ou, O ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 2001.

CASTAÑEDA, Gonzalo Bravo. *Hispania: la epopeya de los romanos en la Península*. 2a ed. Madrid: La Esfera de los Libros, 2007.

CASTAÑEDA, Gonzalo Bravo. *Historia del mundo antiguo: una introducción crítica*. Madrid: Alianza Editorial, S.A., 2005.

CÍCERO, Marco Túlio. De partitione oratio. Disponível em: <<http://www.thelatinlibrary.com/cic.html>>. Acesso: 17 set. 2015.

EUSÉBIO, Quinto Aurélio Símaco. *Cartas (Libros I – V)*. Introducciones, traducción y notas: Jose Antonio Valdés Gallego. Madrid: Editorial Gredos S.A., 2000.

EUSÉBIO, Quinto Aurélio Símaco. *Cartas (Libros VI – X)*. Traducción y notas: José Antonio Valdés Gallego. Madrid: Editorial Gredos S.A., 2003a.

EUSÉBIO, Quinto Aurélio Símaco. *Epistolae: Q. Aurelli Symmachi V.C. Consulis ordinarii epistulae*. Disponível em: <http://www.dmgh.de/de/fs1/object/display/bsb00000794_00213.html?sortIndex=010:010:0006:010:01:00>. Acesso: 06 jan. 2015a.

EUSÉBIO, Quinto Aurélio Símaco. *Informes - Discursos*. Introducciones, traducción y notas: Jose Antonio Valdés Gallego. Madrid: Editorial Gredos S.A., 2003b.

EUSÉBIO, Quinto Aurélio Símaco. *Orationes: Q. Aurelli Symmachi V.C. orationum quae supersunt*. Disponível em: <http://www.dmgh.de/de/fs1/object/display/bsb00000794_00530.html?sortIndex=010:010:0006:010:01:00>. Acesso em: 06 jan. 2015b.

EUSÉBIO, Quinto Aurélio Símaco. *Relationes: Q. Aurelli Symmachi V.C. praefecti urbis relationes*. Disponível em: <http://www.dmgh.de/de/fs1/object/display/bsb00000794_00530.html?sortIndex=010:010:0006:010:01:00>. Acesso em: 06 jan. 2015c.

FRIGHETTO, Renan. Considerações sobre o conceito de *gens* e a sua relação com a ideia de *identidade nobiliárquica* no pensamento de Isidoro de Sevilha (século VII). *Imago Temporis. Muidum Aevum*, n. 6, p. 420-439, 2012.

FRIGHETTO, Renan. *Cultura e poder na Antiguidade Tardia Ocidental*. Curitiba: Juruá Editora, 2000.

Imperatoris Theodosii Codex. Disponível em: <<http://ancientrome.ru/ius/library/codex/theod/tituli.htm>>. Acesso: 06 jan. 2015.

MARTINDALE, John Robert (Ed.). *The Prosopography of the Later Roman Empire 2 Part Set: Volume 3, AD 527-641*. Cambridge University Press, 1992.

MARCELINO, AMIANO. *Res Gestae*. 2002.

MENDES, Norma Musco. *O sistema político do principado. Repensando o Império Romano: perspectivas socioeconômica, política e cultural*. Rio de Janeiro: Mauad, p. 21-51, 2006.

NAVARRO, Francisco Javier. *El proconsulado de la Bética en el cursus honorum senatorial*. *Gerión. Revista de Historia Antigua*, v. 22, n. 1, p. 379-402, 2005.

Notitia Dignitatum partibus occidentis. Disponível em: <<http://www.pvv.ntnu.no/~halsteis/occ001.htm>>. Acesso: 06 jan. 2015.

PAÑOS, María Victoria Escribano. Usurpación y religión en el s. IV d. de C.: paganismo, Cristianismo y legitimación política. In: BLANCO, Antonio González; MARTÍNEZ, José María Blázquez. (Ed.). *Antigüedad y cristianismo: monografías históricas sobre la Antigüedad Tardía. Cristianismo y aculturación en tiempos del Imperio Romano*. Murcia: Universidad de Murcia, 1990. p. 247-272.

RIZO, Enric Beltran; SÁNCHEZ, Juan Antonio Jiménez. *La editio quaestoria en el Bajo Imperio: el ejemplo de Quinto Memio Símaco*. *Gerión*, v. 23, n. 1, p. 287-314, 2005.

SEECK, Otto. *De Symmachi vita*. 1699. p. XLVI-XLVII; CCX. Disponível em: <http://www.dmgh.de/de/fs1/object/display/bsb00000794_00040.html?sortIndex=010%3A010%3A0006%3A010%3A01%3A00&leftTab=toc>. Acesso: 06 jan. 2015.

VEGA, Maria Jose Hidalgo de la. *El intelectual, la realeza y el poder político en el Imperio Romano*. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 1995.

Verbetes gens, gentis e gentes, ium. Dicionários Acadêmicos: latim-português/português-latim. Edição de bolso. Porto: Porto Editora, 2006.

VICTOR, Sexto Aurelio. *Libro de los Césares*. Introducciones, traducción y notas de Emma Falque. Madrid: Editorial Gredos S.A., 1999.